



**CÂMARA MUNICIPAL DE
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**
ESPÍRITO SANTO
CMCI online

Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro
Cachoeiro de Itapemirim/ES
CEP: 29300-170
Fone: +55 28 3526-5622
presidenciacmci@cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL / 2022 - RELUCI

Emitente: Controladoria Interna Geral

Entidade: Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, ES

Gestor responsável: Bras Zagotto (Presidente Biênios 2021/2022 - 2023/2024)

Exercício: 2022

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nossas conclusões. Os pontos de controle objeto de auditorias no decorrer do exercício estão com o(s) respectivo(s) número(s) de relatório de auditoria relacionado (s). Os pontos verificados por ocasião desta PCA, estão assim informados no mesmo campo, conforme abaixo.

Cód	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Relatório(s) de auditoria nº ou verificação p/ PCA
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	1.579 pagamentos R\$ 18.347.277,85 (valor total dos pagamentos)	723 pagamentos R\$ 17.086.999,88 (valor total da amostra)	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13, 20/2022
1.2. Gestão Previdenciária							
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	-Balancete da Despesa de Movimentos e Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	54 processos 208 OP's liquidado R\$1.547.457,94 (INSS) R\$ 555.756,84 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	54 processos 208 OP's R\$1.547.457,94 (INSS) R\$ 555.756,84 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 18/2022
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	-Balancete da Despesa de Movimentos e Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	54 processos 208 OP's liquidado R\$1.547.457,94 (INSS) R\$ 555.756,84 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	54 processos 208 OP's R\$1.547.457,94 (INSS) R\$ 555.756,84 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 18/2022
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por	-Balancete da Despesa de -Relatório de	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações	54 processos 208 OP's	54 processos 208 OP's	Relatório de Auditoria: 18/2022

	atraso de pagamento	Movimentos de Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos	9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 2.580.339,47 (valor total pago Orçamentário no exercício referente a gestão previdenciária RGPS + RPPS + Aportes)	R\$ 2.580.339,47 (valor total pago Orçamentário no exercício referente a gestão previdenciária RGPS + RPPS + Aportes). Não houve VPD de multas e juros, pois as obrigações previdenciárias foram pagas tempestivamente)	
1.2.4	Retenção/ Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor	Balancete da Despesa -Relatório de Movimentos de Empenhos e Liquidação -Processos de Pagamentos Previdenciários	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	54 processos 208 OP's R\$ 608.328,08 (INSS) R\$ 444.605,06 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	54 processos 208 OP's R\$ 608.328,08 (INSS) R\$ 444.605,06 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	Relatório de Auditoria: 18/2022
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Balancete da Despesa -Relatório de Movimentos de Empenhos e Liquidação -Relatório de demonstração da Dívida Fundada Interna -Processos de Pagamentos Previdenciários -Termo de Parcelamento -Documentos fornecidos pelo RPPS:	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo	R\$ 20.702.242,65 (Total de despesa empenhada) OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	R\$ 20.702.242,65 (Total de despesa empenhada) OBS: Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Relatório de Auditoria: 18/2022

		-Balancete Contábil - Listagem de razão, listagem de arrecadação de receitas		pagas tempestivamente.			
1.3. Gestão Patrimonial							
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	-Balancete Contábil -Inventário dos Bens imóveis, móveis e intangíveis -Tabelas 10,11,12, 13 e 16 -Inventário Bens Patrimoniais	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	1.360 bens móveis 02 Imóveis 02 veículos Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 1.761.112,49 Intangíveis: R\$ 0,00 Obs: Não há material permanente em estoque	1.360 bens móveis 02 Imóveis 02 veículos Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 1.761.112,49 Intangíveis: R\$ 0,00	Relatório de Auditoria: 21/2022
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	- Inventário de bens por classe patrimonial, - Inventário Anual dos Bens imóveis, móveis e intangíveis; - Portaria nº 101/2022 (DOM nº 6493, de 15/02/22) sobre responsáveis pela guarda e administração dos bens; - Apêndice	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 1.761.112,49 Intangíveis: R\$ 0,00	Imóveis: R\$ 5.047.998,72 Móveis e Frota: R\$ 221.459,88 Intangíveis: R\$ 0,00	Relatório de Auditoria: 21/2022

		37/2021 do processo TC 04847/2020; - Portal da transparência CMCI					
1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	-Balancete Contábil - Extratos Bancários -Movimento de Caixa Diário -Movimento Analítico de receitas -Carta de Circularização aos Bancos do Município	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 21.230.163,00 Valor total do repasse (duodécimos)	R\$ 21.230.163,00 Valor total do repasse (duodécimos)	Verificação p/ PCA
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	-Balancete Contábil - Extratos Bancários da conta corrente e de aplicação financeira -Termo verificação das disponibilidades (Anexo 23)	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Conta Corrente (CEF ag. 2016. op. 006. nº 02-9) - R\$ 0,00 Conta Corrente (Banestes – Ag. 115/ 2531269-5) - \$ 4.141,70 Aplicação Financeira (Fundo de Investimento Mega CEF) - R\$ 4.531.262,63 (saldo em 31/12/2022)	Conta Corrente (CEF ag. 2016. op. 006. nº 02-9) - R\$ 0,00 Conta Corrente (Banestes – Ag. 115/ 2531269-5) - \$ 4.141,70 Aplicação Financeira (Fundo de Investimento Mega CEF) - R\$ 4.531.262,63 (saldo em 31/12/2022)	Verificação p/ PCA
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	-Balanço patrimonial -Relatório de restos a pagar -Termo	LC 101/2000, art. 42	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas	Valor Restos a pagar do exercício de 2020/2022: R\$ 3.475.312,07	Valor Restos a pagar do exercício de 2020/2022: R\$ 3.475.312,07	Verificação p/ PCA Vide Obs.01 Superavit financeiro de R\$ 527.920,35

		verificação das disponibilidades (Anexo 23)		integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.			
1.4. Limites Constitucionais e legais							
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44 Limite 29-A/CF: 58,35% Limite LRF: 2,25% %	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022
1.4.7	Despesas com pessoal limite	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo	LC 101/2000, arts. 19 e 20	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente de acordo com opção de divulgação do município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44 Limite 29-A/CF: 58,35% Limite LRF: 2,25% %	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022

		da Receita Corrente Líquida					
1.4.9	Despesas com pessoal aumento despesas nos últimos 180 dias do fim do mandato – nulidade do ato.		LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Legislação sobre aumento de pessoal da CMCI	Legislação sobre aumento de pessoal da CMCI	Verificação p/ PCA Obs. 02
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V da LRF.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44 Limite 29-A/CF: 58,35% Limite LRF: 2,27% %	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022 Obs. 02
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se as despesas totais com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF(e 169 § 3º e 4º da CF/88).	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022 Obs. 02

		Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida				Limite 29-A/CF: 58,35% Limite LRF: 2,25% %	
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Balancete Isolado por conta Contábil; -Movimento Financeiro; -RGF da Prefeitura e da Câmara Municipal publicados; -Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente Líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44	12 folhas de pagamento Repasse: R\$ 21.230.163,00 Receita Corrente Líquida R\$ 648.979.234,61 Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97 Desp. obrig. Patronal: R\$ 2.233.013,44 Limite 29-A/CF: 58,35% Limite LRF: 2,25% %	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	-Lei 7.733/2019 -Detalhamento remuneração Deputados Estaduais (Transparência da Assembleia) -Informações Censo IBGE – Internet - Folha de pagamento da CMCI	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual = R\$ 12.661,12 Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12	12 folhas de pagamento Limite máximo de 50% do subsídio do deputado estadual = R\$ 12.661,12 Subsídio vereadores fixado em Lei: R\$ 10.514,00 Subsídio Presidente fixado em Lei: R\$ 12.661,12	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022

1.4.18	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores pagamento	--Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Ficha financeira dos vereadores exercício 2022	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.949.869,90	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.949.869,90	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	--Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -RGF da PMCI e da CMCI publicados	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.949.869,90 Receita Corrente Líquida R\$ 648.979.234,61	12 folhas de pagamento Folha anual subsídios (mensal, 13º e férias): R\$ 2.949.869,90 Receita Corrente Líquida R\$ 648.979.234,61 Montante em %: 0,45%	Relatórios de Auditoria: 03, 11, 16/2022
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	-Balancete da Despesa por Elemento de Despesa; -Movimento Financeiro; -Balancete Contábil	CRFB/88, art. 29- A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	R\$ 20.702.242,65 total (Despesa empenhada) Repasse: R\$ 21.230.163,00	R\$ 20.702.242,65 total (Despesa empenhada) Repasse: R\$ 21.230.163,00 Devolução PMCI: R\$ 527.920,35	Verificação p/ PCA Obs. 01

1.5. Demais Atos de Gestão

1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	- Documentos PCA	IN regulamenta -dora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de	Documentos da PCA/2022 39 arquivos	Documentos da PCA/2022 39 arquivos	Verificação p/ PCA
-------	--	------------------	--	--	---	---	--------------------

				contas.			
1.5.2	Segregação de funções.	-Processos de pagamento (Amostragem)	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	R\$ 18.347.277,85 (processos de pagamento) R\$ 488.331,29 (Dispensa e Inexigibilidade) TOTAL – 18.835.609,14	R\$ 17.086.999,88 (processos de pagamento); R\$ 415.561,16 (Dispensa e Inexigibilidade) TOTAL – 17.502.561,04	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13, 19, 20/2022
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	-Processos de pagamento por amostragem -Balancete da Despesa dezembro/2022. -Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 167, II	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Receita: R\$ 21.230.163,00 Despesa Orçam. Empenhadas: R\$ 20.702.242,65	R\$ 17.086.999,88 (processos de pagamento)	Verificação p/ PCA Obs. 01
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	-Listagem de Créditos Adicionais - Movimento de Alterações Orçamentárias, -Decretos Publicados	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Montante Suplementado: R\$ 4.683.663,00 23,55% Limite Autorizado Lei nº 7.920/21 (art. 9º): 50%	Montante Suplementado: R\$ 4.683.663,00 23,55% Limite Autorizado Lei nº 7.920/21 (art. 9º): 50%	Relatório de Auditoria: 07, 15/2022
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	-Escriturações Contábeis das auditorias e verificações	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Planos Amostrais das auditorias realizadas	Planos Amostrais das auditorias realizadas	Verificação p/ PCA Obs.04

2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	-Relatório de Liquidações e movimento de Caixa Diário; Extratos Bancários	Lei 8.666/93, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 3.598.238,40	R\$ 3.598.238,40	Relatório de Auditoria: 5, 10, 22/2022
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	-Balancete Orçamentário da Despesa mês 12/2021 (indicando saldo orçamentário/su perávit orçamentário)	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	Verificação p/ PCA Obs.02
2.2.31	Despesa – liquidação	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	1.579 pagamentos R\$ 18.347.277,85 (processos de pagamento)	723 pagamentos R\$ 17.086.999,88 (processos de pagamento)	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13, 20/2022
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	-Processos de pagamento por amostragem	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	1.579 pagamentos R\$ 18.347.277,85 (processos de pagamento)	723 pagamentos R\$ 17.086.999,88 (processos de pagamento)	Relatórios de Auditoria: 02, 08, 13, 20/2022
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções	-Balancete Orçamentário da despesa; - Balancete Contábil	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	Verificação p/ PCA Obs.02
2.2.35	Despesa – subvenção social.	-Balancete Orçamentário da despesa; - Balancete Contábil	Lei 4.320/1964, art. 16	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	Verificação p/ PCA Obs.02

				refere o seu parágrafo único.			
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	-Balancete Orçamentário da despesa; -E-mail do setor contábil à Controladoria; -Processo 15738/22; -Balancete Patrimonial	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Normas Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	Verificação p/ PCA Obs.05
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	-Balancete Orçamentário da despesa; -Balancete contábil; -E-mail do setor contábil à Controladoria; -Processo 15738/22;	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada)	Verificação p/ PCA Obs.02
2.3.5	Cancelamento de passivos	-E-mail do setor contábil à Controladoria; -Balancete Contábil	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Normas Brasileiras de Contabilidade e NBC-TSP e NBC T16	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador	Balancete Contábil	Variações Patrimoniais Aumentativas	Verificação p/ PCA Obs.02

2.4. Limites Constitucionais

2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	-Balancete Analítico da Receita Extraorçamentária; -Listagem de Descontos dos Pagamentos;	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	20 processos R\$ 4.402,11 (ISS); R\$ 2.881,07 (IRRF) R\$ 3.118,51 (INSS) R\$ 1.162,50 (Impostos e Contribuições Diversos)	20 processos R\$ 4.402,11 (ISS); R\$ 2.881,07 (IRRF) R\$ 3.118,51 (INSS) R\$ 1.162,50 (Impostos e Contribuições Diversos)	Relatório de Auditoria: 18/2022
-------	--	--	---	--	---	---	------------------------------------

		-Listagem de Pagamento; -Processos de Pagamento e guias					
2.5.2	Base de cálculo de contribuições - RPPS	-Leis Municipais nº 6.910/13 7.644/2018 e 7.794/19; -LC 282/04, 931/19 e 945/20; -Folhas de pagamento mensal -Processos de pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo	12 folhas de pagamento Parte patronal ano: R\$ 555.756,84 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM) Parte servidor ano (retenção): R\$ 444.605,06 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	02 folhas de pagamento Folhas dos meses de abril e julho/2022, por amostragem, conforme auditoria: Parte Patronal: RPPS: R\$15.181,12 Parte Segurado: RPPS: R\$ 12.144,88	Relatório de Auditoria: 09 e 18/2022
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	-Lei nº 8.212/91, Decreto nº 3.048/99, -Leis Municipais nº 6.910/13 Art.15ss, 7.644/2018 e 7.7794/19; -LC 282/04, 931/19 e 945/20; -Contracheques, Folhas de pagamento mensal, Processos de pagamento	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	12 folhas de pagamento Parte patronal ano: R\$1.547.457,94 (INSS) R\$ 555.756,84 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM) Parte servidor ano (retenção): R\$ 608.410,58 (INSS); R\$ 421.767,79 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM) Alíquotas: Patronal INSS – 20% + 1%(RAT) IPACI – 17,5% IPAJM – 14% Alíquotas: Segurado INSS – 7,5%, 9%, 12% e 14% IPACI – 14% IPAJM – 14%	02 folhas de pagamento Folhas dos meses de abril e julho/2022, por amostragem, conforme auditoria: Parte Patronal: RPPS: R\$ 15.181,12 RGPS: R\$ 30.491,65 Parte Segurado: RPPS: R\$ 12.144,88 RGPS: R\$ 12.175,81	Relatório de Auditoria: 09 e 18/2022
2.5.5	Guia de recolhimento de	-Lei nº 6.910/13, Art.15ss	CF/88, art. 40.	Verificar a existência de emissão de guia de	12 folhas de pagamento	02 folhas de pagamento (abril e julho de 2022)	Relatório de Auditoria: 09 e 18/2022

	contribuições previdenciárias	-Processos de pagamento das contribuições previdenciárias	LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Parte patronal ano: R\$ 555.756,84 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM) Parte servidor ano (retenção): R\$ 444.605,06 (IPACI) R\$ 5.289,85 (IPAJM)	Parte Patronal: RPPS: R\$15.181,12 Parte Segurado: RPPS: R\$ 12.144,88	Obs. 06
2.5.7	Servidores cedidos	-Declaração fornecida pelo Departamento de Recursos Humanos; -Contratos de cessão	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1988, art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I,II e III	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores	01 convênio	01 convênio	Verificação p/ PCA Obs.07
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	-	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36, § 1	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada) Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	R\$ 20.702.242,65 (despesa total empenhada) Os parcelamentos foram quitados no ano de 2018.	Relatório de Auditoria: 18/2022
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	-Balancete Contábil, -Balancete Orçamentário da Despesa -Lei nº 6.910/13, art. 15ss, -Relatórios do RPPS (IPACI)	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	12 aportes R\$ 471.834,84	12 aportes R\$ 471.834,84	Relatório de Auditoria: 18/2022

2.5.37	Registro de Admissões	- Extrato de remessa TCEES Cidades Atos de Pessoal ref.2022; Declaração do setor de RH.	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Todas as admissões dos servidores Efetivos (nenhuma)	Todas as admissões dos servidores Efetivos (nenhuma)	Verificação p/ PCA Obs. 02
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	- Publicação das nomeações dos Cargos de Confiança. - Lei nº 7676/19 - Lei nº 7734/19 -Lei 7866/2021 -Lei 7937/2022 PCF (Mensais) -Portal da Transparência CMCI	CRFB/88, art. 37, inciso V	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas as atribuições de direção, chefia e assessoramento	13 funções de confiança 22 cargos comissão	13 funções de confiança 22 cargos comissão	Relatório de Auditoria: 17/2022
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	-PCM Folha; - Declaração do setor de RH.	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Total de pessoal contratado por tempo determinado (nenhuma)	Total de pessoal contratado por tempo determinado (nenhuma)	Verificação p/ PCA Obs. 02
2.6.4	Pessoal – teto	-Folha analítica do mês julho/22; -Informações na transparência da CMCI, do TJES e da PMCI	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	12 folhas de pagamento Despesa Folha: R\$ 12.388.164,97	01 folha de pagamento Folha de Pagamento: Julho – R\$ 931.085,90	Relatório de Auditoria: 17/2022

2.6.6	Dispensa e Inexibilidade de licitação	- Processos das referidas contratações	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da lei de licitações	81 processos de dispensa/inexigibilidade R\$ 488.331,29	30 processos de dispensa/inexigibilidade R\$ 415.561,16	Relatório de Auditoria: 19/2022
-------	---------------------------------------	--	---------------------------------	---	--	--	---------------------------------



1.2. Observações, constatações e recomendações

Obs.01. Quadro da Gestão Financeira de 2022:

Ativo Financeiro	Valor (R\$)
Saldo Financeiro em 31/12/2022	4.536.704,43
Outros Créditos em 31/12/2022	0,00
Total Ativo Financeiro	4.536.704,43
Passivo Financeiro	
Valor (R\$)	
Restos a Pagar Processados e Não Processados (2020/2022)	3.475.312,07
Consignações a Pagar	92.849,87
Rendimento de Aplicação a Devolver PMCI	440.622,14
Total Passivo Financeiro	4.008.784,08
Superávit Financeiro	527.920,35

Obs.02. Situação fática não ocorrida em 2022.

Obs.03. A avaliação acerca do princípio da segregação de funções no âmbito da Câmara Municipal se deu por ocasião das auditorias nos processos de pagamento e nos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação que compuseram as amostras das respectivas auditorias.

Obs.04. Conforme auditorias realizadas no exercício de 2022, sobre as amostras selecionadas, não se identificou descumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público, escrituração e consolidação contábil das contas públicas desta Câmara Municipal, conforme requisitos do Art. 50/LRF.

Obs. 05. Em consulta à Procuradoria Legislativa, obteve-se a informação de que há um Processo Judicial anterior a 2022 (Processo nº 0016880-45.2017.8.08.0011), perante a Justiça Estadual do ES, com julgamento procedente e trânsito em julgado, já estando em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (probabilidade de perda PROVÁVEL). Diante dessa probabilidade, por prudência e por possibilidades legais, financeiras e orçamentárias (conforme Parecer Jurídico), a CMCI decidiu realizar em 2020 o respectivo Empenho, deixando o referido montante em caixa (RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) no valor de R\$ 315.246,85 (Nota de Empenho n/ 630/2020). Após nova informação da Procuradoria Legislativa, este valor foi complementado em 2022, com acréscimo de R\$ 35.412,08 (Nota de Empenho nº 816/2022), totalizando R\$ 350.452,92 (trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Obs.06. Somente no que tange aos recolhimentos em favor do RPPS (IPACI), importante frisar que, embora todos os recolhimentos sejam baseados nas respectivas guias, as quais estão presentes nos respectivos processos de pagamento, informa-se que estas não dispõem de código de barras ou outro mecanismo para



recolhimento diretamente através delas, de modo que, após sua emissão manual, os recolhimentos são feitos através de depósitos na conta oficial do Instituto, tendo como base as informações que das guias constam.

Obs. 07. No exercício de 2021 a CMCI não cedeu nenhum servidor de seu quadro administrativo. A CMCI recebeu 01 servidor cedido do quadro administrativo da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, através do Convênio 60/2021 (processo nº 01-3.524/2021) em vigor, de 07/04/202. O IPACI foi formalmente cientificado.

1.3. Constatações e proposições relativas ao Plano Anual de Auditoria/2022

De acordo com o Plano Anual de Auditoria Interna/2021 (Portaria nº 236/2022, DOM nº 6543, 05/05/2022) essa Controladoria cumpriu as atividades nele descritas, conforme a tabela a seguir. As informações relativas a estas auditorias, suas respectivas constatações e providências estão descritas no “RELACI” desta prestação de contas, ao qual se remete.

Relatório de Auditoria Nº	Objeto	Achados/constatações	Encaminhamentos / Situação
02, 08, 13 e 20/2022	Formalização dos Processos de Pagamento	Nenhum achado Vide Item 3.2 do RELACI	-
03, 11 e 16/2022	Limite Despesa Pessoal	Nenhum achado Vide Item 3.9 do RELACI	-
21/2022	Patrimônio – Demonstrações Contábeis, evidenciação, caracterização, existência de responsáveis;	Nenhum achado Vide Item 3.8 do RELACI	-
17/2022	Verificação dos requisitos das nomeações dos cargos comissionados; cumprimento de limite de gasto com verba de gabinete;	Nenhum achado Vide Item 3.6.1; 3.6.2; 3.6.3; 3.6.4; 3.6.5 do RELACI	-



	conformidade das remunerações de servidores comissionados; exclusividade de desempenho de funções de confiança por servidores efetivos; atribuições de cargos comissionados; teto remuneratório.		
07 e 15/2022	Abertura de Créditos Adicionais	Nenhum achado Vide item 3.4 do RELACI	-
09/2022	Verificação de Base e Alíquota de Contribuições Previdenciárias	Nenhum achado Vide item 3.5.1 do RELACI	-
18/2022	Verificação da Gestão Previdenciária	Nenhum achado Vide item 3.5.2 do RELACI	-
19/2022	Verificação dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade Licitação	Nenhum achado Vide item 3.7 do RELACI	-
05, 10 e 22/2022	Verificação do cumprimento da Ordem Cronológica da exigibilidade dos passivos	Nenhum achado Vide item 3.3 do RELACI	-
01, 06 e 14/2022	Verificação da veracidade dos saldos das contas do Balancete Contábil	Nenhum achado Vide item 3.1 do RELACI	-
04/2022	Transparência Ativa	1 - ASPECTOS GERAIS – Item 08 (Download da Base de Dados) Achado: Não existe um ícone específico para o download completo da base de dados.	1 - Recomendação: Adoção de providências necessárias junto à empresa prestadora do serviço de transparência para que seja disponibilizado um ícone que permita a realização do download completo da base de dados. Situação Atual: REGULARIZADO



	<p>2 - REQUISITOS FUNCIONAIS– Item 100 (Ferramenta de Pesquisa de Licitações) Achado: Existem mais de duas ferramentas de pesquisas, no entanto, os resultados das pesquisas não estão corretos.</p> <p>3 - PESSOAL – Item 103 (Tabela de Remuneração dos Cargos e Funções) Achado: A Tabela de Remuneração dos Cargos dos servidores efetivos está desatualizada.</p> <p>4 - PESSOAL- Item 106 (Ferramenta de Pesquisa) Achado: Existem mais de duas opções de pesquisa, no entanto, as pesquisas por vínculo e por regime não estão funcionando.</p> <p>5 - PATRIMÔNIO - Item 115 (Área - Bens Imóveis) Achado: A metragem da área dos dois imóveis está incorreta</p> <p>6 - PATRIMÔNIO - Item 120 (Localização - Bens Imóveis) Achado: O CEP do imóvel 1570 está incorreto e o CEP do imóvel 1571 não consta no portal da transparência.</p> <p>7 - VOTAÇÕES - Item 157 (Sessão - Votações) Achado: Na folha de votação dentro dos projetos, não está sendo identificada a sessão na qual a</p>	<p>2 - Recomendação: Adoção das providências para identificação das causas dos erros nos resultados das pesquisas junto à empresa prestadora do serviço de sistema de transparência.</p> <p>Situação Atual: REGULARIZADO</p> <p>3 - Recomendação: Adoção de providências junto ao setor de Recursos Humanos para a publicação da tabela atualizada no Portal da Transparência.</p> <p>Situação Atual: EM REGULARIZAÇÃO</p> <p>4 - Recomendação: Adoção das providências para identificação das causas e correção dos erros nos resultados das pesquisas, junto à empresa prestadora do serviço de sistema de transparência.</p> <p>Situação Atual: REGULARIZADO</p> <p>5 - Recomendação: Acompanhamento do chamado já aberto junto à empresa prestadora do serviço de sistema E&L pelo setor de patrimônio (protocolo nº ECM complemento de solicitação nº 034053/2022).</p> <p>Situação Atual: REGULARIZADO</p> <p>6 - Recomendação: Acompanhamento do chamado já aberto junto à empresa prestadora do serviço de sistema E&L pelo setor de patrimônio (protocolo nº ECM complemento de solicitação nº 034053/2022).</p> <p>Situação Atual: REGULARIZADO</p> <p>7 - Recomendação: Identificar a sessão na folha e votação que é inserida nos projetos.</p> <p>Situação Atual: REGULARIZADO</p> <p>8 - Recomendação: Acompanhamento do chamado já aberto junto à empresa prestadora de serviço, pelo setor de Transparência, para a criação do item “votações”.</p> <p>Situação Atual: EM REGULARIZAÇÃO</p> <p>9 - Recomendação: Acompanhamento do</p>
--	---	---



		<p>votação foi realizada.</p> <p>8 - REQUISITOS FUNCIONAIS - Item 161 (Atualização das Votações) Achado: Não existe um ícone específico para as votações; elas se encontram apenas inseridas nos processos dos projetos.</p> <p>9 - DESPESAS - Item 173 (número da Ordem Bancária - Pagamento) Achado: Não existe campo para inserção do número da Ordem Bancária</p> <p>10 - PESSOAL- Item 182 e 183 (Quantidade de Vagas em Aberto e Ocupadas- Estrutura de Pessoal) Achado: Existe o campo de quantidade vagas em Aberto e Ocupadas, no entanto, está com erro, tendo em vista que algumas vagas livres estão apresentando saldo negativo.</p> <p>11 - PRODUÇÃO LEGISLATIVA - Item 207 (Autor - Leis Aprovadas) Achado: Não existe a identificação do autor nas leis aprovadas.</p> <p>Vide item 3.10 do RELACI</p>	<p>chamado já aberto junto à empresa prestadora do serviço de sistema E&L pelo setor financeiro.</p> <p>Situação Atual: REGULARIZADO</p> <p>10 - Recomendação: Adoção de providências junto ao setor de Recursos Humanos e a empresa prestadora do serviço de transparência para que a informação seja corrigida.</p> <p>Situação Atual: EM REGULARIZAÇÃO</p> <p>11 - Recomendação: Adoção de providências junto à empresa prestadora do serviço de sistema para que do projeto conste a identificação do respectivo autor.</p> <p>Situação Atual: EM REGULARIZAÇÃO</p>
--	--	---	--



1.4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

1.4.1. Gestão Orçamentária

Quanto à execução orçamentária do exercício de 2022, destaca-se que o Orçamento Anual aprovado para a Câmara Municipal foi de R\$ 19.890.000,00 (dezenove milhões, oitocentos e noventa mil reais). Porém, o montante da receita efetivamente realizada em 2021 pela Prefeitura, trouxe-nos o Duodécimo de R\$ 21.230.163,00 (vinte e um milhões, duzentos e trinta mil, cento e sessenta e três reais).

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Despesa Fixada	R\$ 21.230.163,00
Despesa Executada	R\$ 20.702.242,65
Economia de Despesa	R\$ 527.920,35

1.4.2. Gestão Financeira

O Resultado Financeiro superavitário apurado no exercício financeiro de 2022 foi de R\$ 527.920,35 (quinhentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte reais e trinta e cinco centavos):

Ativo Financeiro	Valor (R\$)
Saldo Financeiro em 31/12/2022	4.536.704,43
Outros Créditos em 31/12/2022	0,00
Total Ativo Financeiro	4.536.704,43
Passivo Financeiro	Valor (R\$)
Restos a Pagar Processados e Não Processados (2021/2022)	3.475.312,07
Consignações a Pagar	92.849,87
Rendimento de Aplicação a Devolver PMCI	440.622,14
Total Passivo Financeiro	4.008.784,08
Superávit Financeiro	527.920,35

1.4.3. Gestão Patrimonial

O Patrimônio Líquido da Câmara Municipal em 31/12/2021 era positivo em R\$ 6.656.355,62 (seis milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos). Já em 31/12/2022 o **patrimônio líquido é positivo em R\$ 9.205.272,91 (nove milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos)**.

1.4.4. Gestão Fiscal

No exercício de 2022 foram apurados os seguintes limites:



EVENTOS	VALOR (R\$)
Despesa com pessoal (ativo + terceiros)	12.594.436,80
(+) Contribuições Patronais (encargos)	2.233.013,44
(-) Despesas não Computadas	(206.271,83)
Total da Despesa	14.621.178,41
EVENTOS	VALOR (R\$)
Receita corrente líquida	645.332.538,38
Limite Máximo – art. 20, LRF - 6%	38.719.952,30
Limite Prudencial- art.22, LRF – 5,7%	36.783.954,69
Limite – LRF, art. 20,III,a	2,27%
EVENTOS	VALOR (R\$)
Repasse recebido no exercício	21.230.163,00
Despesa com folha de pagamento (ativo + terc. - indenização)	12.388.164,97
Limite – CF/88, art. 29-A	58,35%
EVENTOS	VALOR (R\$)
Valor do Subsídio dos Vereadores	10.514,00
Despesa com subsídio dos Vereadores	2.949.869,90

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual, sob a responsabilidade do Sr. Bras Zagotto, Presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, relativa ao exercício de 2022.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados (elencados no item 1) desta manifestação e as peças da PCA apresentadas a esta UCCI, a referida prestação de contas se encontra **REGULAR**.

Cachoeiro de Itapemirim, 22 de março de 2023.

Wagner Baptista Rubim
Controlador Geral

Pablo Lordes Dias
Controlador de Recursos

Fabiana Lopes dos Santos
Auditora Interna Pública
C/ES 012163/O-9